

CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

Câmara Municipal de Pva do Leste	
Fl. nº	Rub.

Processo 157/2024
Origem/Interessado Poder Executivo de Primavera do Leste
Assunto Projeto de Lei Complementar
Parecer nº 245/2024/PJCM
Local e Data Primavera do Leste/MT, 13 de dezembro de 2024.
Procuradora Rebeca Morena Pozzebonn Abreu

**DIREITO CONSTITUCIONAL. PROCESSO LEGISLATIVO.
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 009/2024. ALTERA A
LEI COMPLEMENTAR N. 1 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

I – RELATÓRIO

De autoria do Poder Executivo Municipal, o Projeto de Lei Complementar nº 009/2024, o qual “**ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 1, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**”, foi encaminhado a esta Procuradoria Jurídica pelo Presidente da Câmara Municipal para análise com fulcro no art. 226, parágrafo único, do Regimento Interno.

Em sua justificativa, encartada à fl. 004, assim dispõe:

“(…)

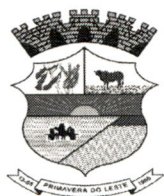
As Alterações propostas refletem a necessidade de aprimorar a legislação para adequá-la às demandas práticas do setor, garantindo maior eficiência e clareza na aplicação das normas que regulam o desenvolvimento urbano e a segurança das edificações.

(…)

As mudanças propostas abrangem a definição responsabilidades no acompanhamento e fiscalização de obras, a previsão de sanções mais claras e proporcionais às infrações urbanísticas, e a introdução de mecanismos que permitem maior eficiência na gestão e controle das construções em andamento. Esses ajustes buscam reforçar o andamento territorial, aumentar a segurança jurídica e proteger a qualidade de vida dos cidadãos, promovendo um crescimento sustentável e responsável para Primavera do Leste.

“(…)”

Rebeca



CÂMARA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE

Câmara Municipal de Pva do Leste	
Fl. nº	Rub.

É o relatório. Passo a fundamentar.

II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

II.I DOS LIMITES E ALCANCE DO PARECER JURÍDICO

Cumprindo delinear os limites e o alcance da atuação desta consultoria, tem-se que o parecer exarado pela Procuradoria Jurídica veicula opinião estritamente jurídica, desvinculada dos aspectos técnicos que envolvam a presente demanda, a exemplo de informações, documentos, especificações técnicas, justificativas e valores, os quais são presumidamente legítimos e verdadeiros, em razão, inclusive, dos princípios da especialização e da segregação de funções, regentes da atuação administrativa.

O parecer, portanto, é ato administrativo formal opinativo exarado em prol da segurança jurídica da autoridade assessorada, a quem incumbe tomar a decisão final dentro da margem de discricionabilidade conferida pela lei.

II.II DA ANÁLISE JURÍDICA

Trata-se de parecer opinativo quanto aos aspectos de legalidade, constitucionalidade, juridicidade, iniciativa, competência, técnica legislativa e aspectos regimentais acerca da Proposição Legislativa em epígrafe.

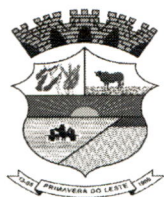
A iniciativa e a competência do Projeto de Lei Complementar atende ao que dispõem o Regimento Interno e a Lei Orgânica Municipal. Não há, portanto, vícios de competência ou iniciativa no Projeto de Lei Complementar ora analisado.

Vale o destaque que para aprovação do Projeto de Lei Complementar será necessário o voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, nos termos do art. 163, inciso VI, do Regimento Interno da Câmara de Primavera do Leste.

Recomendo, portanto, o envio do presente Projeto de Lei à Comissão de Justiça e Redação e Comissão de Obras e Serviços Públicos e Segurança Pública. Desta forma, não encontrando nenhum óbice legal que impeça o trâmite do presente Projeto de Lei sob análise, opino favoravelmente ao seu trâmite regular.

Não encontrando óbice legal que o impeça, opino **FAVORAVEL-**

Rubeca



CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Câmara Municipal de Pva do Leste	
Fl. nº	Rub.

MENTE ao trâmite regular do presente feito.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, não encontrando nenhum óbice sob a ótica jurídica que impeça a tramitação do presente Projeto de Lei Complementar, opino **favoravelmente** ao trâmite regular do presente feito, como solicitado pelo Chefe do Poder Executivo.

É o meu parecer.

Primavera do Leste/MT, 13 de dezembro de 2024.

REBECA MORENA POZZEBONN ABREU

Procuradora da Câmara Municipal
OAB/MT nº 26.453/O